

## Agir tempestivamente para salvar o teto dos gastos

O relatório da missão de assistência técnica do Fundo Monetário Internacional (FMI), que esteve no Brasil em março deste ano a convite do ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, dá uma dimensão do imenso desafio que este e o próximo governo terão para reequilibrar as contas públicas brasileiras. A missão fez 18 recomendações, algumas devendo ser colocadas em prática a partir deste ano para que o teto de gastos da União, instituído pela emenda constitucional 95, consiga ficar de pé.

Em primeiro lugar, é preciso observar que o governo brasileiro não precisa seguir à risca as recomendações do corpo técnico do FMI, pois o Brasil não está submetido a nenhum programa de socorro do Fundo. Mas os técnicos fizeram, depois de exaustivas consultas a autoridades de várias áreas do governo, um roteiro útil para evitar um desastre fiscal de grandes proporções nos próximos anos.

Dois dados mostram com clareza a dimensão da crise fiscal vivida pela nação. Em 2016, as despesas obrigatórias da União corresponderam a 101,3% da receita líquida, de acordo com dados do Tesouro Nacional. Essa tendência vai se intensificar neste ano, quando elas corresponderão a 104% da receita líquida.

Isto significa que, mesmo se as chamadas despesas discricionárias (investimentos, gastos com custeio da máquina, etc.) fossem a zero - o que levaria a uma paralisação completa do Estado brasileiro - ainda assim o resultado primário do governo central (Tesouro, Previdência e Banco Central) seria deficitário.

Outro dado é a projeção feita pela economista Vilma Pinto, do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre), da

Fundação Getúlio Vargas, de que o espaço para as despesas discricionárias será zerado já em 2021, mesmo que seja aprovada a idade mínima para requerer aposentadoria, que a correção do salário mínimo daqui para frente seja feita apenas pela inflação e que os gastos com a saúde e com a educação também acompanhem a inflação.

O rompimento do teto de gasto está, portanto, no horizonte de médio prazo. Para mantê-lo em pé, é necessário agir com tempestividade, com método e persistência. A missão técnica do FMI observou, em seu relatório, que o sucesso na implementação do teto exige mudanças estruturais, institucionais e processuais. Ela fez recomendações de curto e médio prazo e um plano de ação.

Os técnicos propuseram ampliar a flexibilidade do Orçamento, reforçar a gestão fiscal e orçamentária de médio prazo e mudar os procedimentos para a implementação, divulgação e monitoramento do teto. Para eles, a implementação do teto exige o apoio de um quadro fiscal de médio prazo, que pressupõe o fortalecimento das projeções macrofiscais, a formulação clara de uma estratégia de médio prazo, a definição dos principais objetivos fiscais e a incorporação desses elementos à elaboração do Orçamento.

Neste ano, a missão do Fundo considera que o governo deve iniciar o exame das despesas obrigatórias e das práticas de indexação. Fixar metas de economia e iniciar revisões de despesas em três ministérios. Ao mesmo tempo, começar a rever as renúncias de receitas e pesquisar o uso de dividendos de eficiência, entre outras providências.





Para 2018, os técnicos sugerem que o governo procure promulgar leis e normas para remover a indexação dos gastos e estenda as metas de economia e revisão de despesas a outros cinco ministérios a cada ano. Além disso, deve promulgar leis e normas com base nos resultados das diferentes revisões das despesas e das renúncias de receitas.

Outra proposta é que seja criado um Comitê Ministerial para Assuntos Fiscais, que seria integrado pelo ministro da Fazenda, o ministro do Planejamento e o chefe da Casa Civil. O Comitê passaria a definir, de comum acordo, as metas para o resultado primário e para o teto dos gastos, a estratégia fiscal de médio prazo, as prioridades do Orçamento e os limites de despesa para os ministérios, além de assegurar a comunicação eficaz e tempestiva da estratégia fiscal do governo.

Espera-se que o governo esteja avaliando as sugestões, mas a decisão de adotar as medidas de ajuste das contas do próximo ano somente após a decisão da Câmara dos Deputados sobre o prosseguimento da denúncia contra o presidente Michel Temer é um péssimo sinal.

## Programas sociais têm corte de até 96% em quatro anos

Por Edna Simão e Fábio Pupo | De Brasília



Rodrigo Cota: país perde a capacidade de fazer política pública discricionária.

Antes usado como vitrine em campanhas eleitorais, programas sociais como Luz para Todos, Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Minha Casa, Minha Vida estão praticamente desaparecendo em meio à restrição fiscal. Diante do sucessivo aumento das despesas obrigatórias, puxado pela Previdência Social, há cada vez menos espaço no orçamento para essas ações.

No caso do programa habitacional Minha Casa, Minha Vida, os pagamentos chegaram à marca de R\$ 20,7 bilhões em 2015, recuaram para R\$ 7,9 bilhões em 2016 e somam apenas R\$ 1,8 bilhão de janeiro a agosto deste ano. O PAA, que permite a compra de produtos da agricultura familiar pelo governo federal, teve desembolsos de R\$ 41 milhões neste ano (até junho), uma redução de 91% nos

pagamentos contra 2016 todo.

Já o Luz Para Todos, que dá acesso à energia elétrica para a população rural, tem recuo de 79% no período (para apenas R\$ 44 milhões neste ano). Os números foram compilados pelo Valor a partir de dados do governo e do Congresso.

O secretário-executivo adjunto do Ministério do Planejamento, Rodrigo Cota, defende que "não é correto" dizer que o governo está reduzindo o desembolso social - já que o gasto obrigatório com a Previdência Social, incluída por ele nas contas, continua em alta. "O gasto social está crescendo. O que está sendo reduzida é a capacidade do Estado brasileiro de fazer política pública discricionária. Essa é a verdade incontestável e definitiva, e é essa realidade que nos leva a trabalhar com tanto afinco pela reforma da Previdência e pela revisão de programas e políticas públicas", afirma.

"O Ministério do Planejamento não concorda com a afirmação de que o gasto social ou o gasto com as políticas sociais estejam sendo reduzidas. O que está acontecendo é que o gasto com as políticas sociais de natureza obrigatória está avançando e tomando o espaço das políticas discricionárias em geral", reafirmou.

Os programas Minha Casa, Minha Vida, PAA, Luz para Todos e Bolsa Verde (voltado à transferência de renda para famílias que vivem em áreas de conservação ambiental), por exemplo, são considerados despesas discricionárias e, portanto, estão sujeitos a cortes para garantir o cumprimento da meta fiscal - que neste ano é de déficit primário de R\$ 159 bilhões. Segundo Cota, um reforço ao orçamento desses programas só será possível com a aprovação da reforma da Previdência.

Ele reforçou que o gasto social é puxado pelo pagamento de aposentadorias e pensões, Benefício de Prestação Continuada (BPC), abono salarial e seguro-desemprego. "O que está crescendo é o gasto e as políticas com programas obrigatórios, e isso está reduzindo o gasto com políticas discricionárias, sejam elas sociais ou não. Onde mais você está tendo sacrifício em matéria de gasto público é no investimento em infraestrutura", frisou, acrescentando também o gasto de manutenção do Estado.

Cota destacou que o governo está fazendo revisão de seus programas para avaliar sua efetividade. Esse trabalho está sendo feito pelo Comitê de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas Federais (CMAP) para aperfeiçoar o uso dos escassos recursos





públicos.

O assessor especial do Ministério do Planejamento Arnaldo Lima afirma que, considerando a Previdência Social, o gasto com social no país corresponde a 68,7% da despesa pública total, valor bem acima da média dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), de 45,2%. Ele frisou, no entanto, que uma distorção no Brasil é que os gastos com a área social são concentrados nas pessoas mais velhas. A despesa previdenciária no Brasil corresponde a 57,1% do gasto público total, sendo que a média dos países da OCDE é de 17,5%.

De acordo com especialistas ouvidos, o governo não tem escolha diante da crise fiscal a não ser cortar atualmente as despesas discricionárias. Para eles, o caminho é aprovar reformas em pagamentos obrigatórios - principalmente na Previdência.

Pedro Olinto, coordenador de Desenvolvimento Humano e Pobreza do Banco Mundial, afirma que o corte em programas sociais não é uma escolha do governo, mas a "única alternativa" diante da crise fiscal e da impossibilidade de reformas em gastos obrigatórios.

"Em momentos de crise, é

necessário ajuste fiscal e o melhor dos mundos seria focar nos gastos obrigatórios. Infelizmente, não conseguimos aprovar a reforma da Previdência [no Congresso]. Então, para beneficiar alguns privilegiados, estamos sacrificando programas sociais para os mais pobres", afirmou Olinto.

Olinto acredita que a outra opção - ou seja, a ausência de um ajuste fiscal - poderia ter um efeito também ou ainda mais nocivo às classes mais baixas, já que manteria inflação e juros altos, além de forçar aumentos de impostos. Efeitos que, diz, acabam afetando com mais força os mais pobres.

Mesmo assim, Olinto recomenda que o governo busque medidas em outras áreas para balancear o quadro fiscal e, assim, manter os desembolsos com programas sociais. Além da Previdência, ele sugere rever medidas que beneficiam empresas, como a desoneração da folha de pagamento, e diminuir gastos do governo com servidores.

Olinto diz ter ressalvas a certos programas sociais, mas não ao Bolsa Família. Ele lembra que o Banco Mundial já lançou um estudo no fim do ano defendendo um aumento de até 10% o orçamento do programa.

Fernando de Holanda Barbosa

Filho, pesquisador da área de Economia Aplicada do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV/Ibre), vê na restrição fiscal uma oportunidade para repensar certos programas sociais. Em sua opinião, alguns deles - como o Bolsa Família - devem ser mantidos e até ampliados, mas há críticas à execução de ações como o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), que apoia estudantes em universidades privadas.

"O Fies é caro e não atinge tanto benefício dado o custo dele. Ele tinha custo inflado para beneficiar poucas pessoas", afirma o pesquisador, que também contesta o Minha Casa, Minha Vida e encara com normalidade a redução do Bolsa Atleta (voltado ao patrocínio de esportistas). "Havia um projeto para o país ser melhor na Olimpíada [de 2016, no Rio de Janeiro], mas acabou esse projeto. Então vejo esse retrocesso de forma bem natural".

Com a crise fiscal, diz, o governo deve criar uma avaliação mais forte dos programas e "racionalizar" os desembolsos. "Hoje não temos avaliação oficial no detalhe e, sem isso, fica até difícil justificar os cortes", afirma. "Vamos ter que criar uma cultura de avaliação de políticas públicas. Assim, metade dessa discussão que estamos tendo ia acabar", diz.





## Pagando a conta

Desembolso em programas no acumulado de 2017 chega a cair 96% contra 2014 – em R\$

	2014	2015	2016	2017*	Var. % 2014/2017
Bolsa Atleta	123.008.255,00	71.873.506,00	14.603.414,48	4.760.976,09	-96
PAA	676.922.827,28	635.089.806	444.782.102,94	40.213.606,09	-94
Luz Para Todos**	180.782.000,31	185.717.448,92	210.366.602,48	44.313.793,24	-75
Bolsa Verde	83.800.112,39	92.830.525,25	73.424.346,88	40.053.606,09	-52
Bolsa Família	26.125.678.117,60	26.385.345.680,04	27.491.590.000,00	18.571.453.145,69	-29
Fies	12.049.871.391,54	14.499.091.288,04	17.887.507.751,11	9.385.771.372,65	-22
Farmácia Popular	1.654.917.586,80	2.220.827.941,87	2.251.813.824,09	1.589.996.709,45	-4

Fontes: Congresso Nacional, Ministério do Planejamento e Organização das Cooperativas Brasileiras. \*Dados consideram o acumulado no ano com números fechados entre junho e setembro, dependendo do programa social

## Comitê promove "revisão contínua" da eficiência do uso do dinheiro público

Por Edna Simão e Fábio Pupo | De Brasília

Desde o ano passado, o governo federal realiza uma "revisão contínua" de seus programas para analisar efetividade e racionalizar o uso do dinheiro público por meio do Comitê de Monitoramento e Revisão de Políticas Públicas (CMAP).

"O governo fez essa iniciativa não foi para cortar gastos com o social, mas sim para assegurar que existam os recursos disponíveis para pagar o benefícios para quem realmente faz jus. Esse é que foi espírito. Para que abra espaço fiscal para se realizar políticas discricionárias", afirmou o secretário-executivo adjunto do Ministério do Planejamento, Rodrigo Cota.

Dentre as medidas de curto prazo discutidas no comitê está o pente-fino em benefícios, como auxílio-doença e aposentadoria por invalidez, concedidos há mais de

dois anos, com foco principalmente naqueles obtidos judicialmente. Com a retomada da revisão, que estava suspensa há anos, foi possível cancelar, até agosto, 203 mil benefícios, o que vai gerar economia anualizada de R\$ 2,7 bilhões.

Também foi promovida a revisão do Benefício de Prestação Continuada (BPC). Essa verificação em 2017 deverá gerar economia de R\$ 600 milhões. Além disso, o Ministério de Desenvolvimento Social estabeleceu mudanças nas regras de concessão para o programa Bolsa Família, o que, segundo o governo, permitiu cortar benefícios de quem não tinha direito e direcioná-los para quem realmente precisava. Isso possibilitou que fosse zerada a fila de famílias para recebimento do benefício. Nesse caso, a economia esperada em um ano é de R\$ 1,4 bilhão.

Considerando ajustes promovidos no programa de financiamento estudantil, o Fies (cuja

economia deve ser de R\$ 1 bilhão), essas medidas analisadas no CMAP, segundo o assessor especial do Planejamento, Arnaldo Lima, contribuíram para uma redução anualizada de R\$ 5,6 bilhões nos gastos públicos.

Lima destacou que o 91,8% das despesas do governo são obrigatórias. Por isso, a necessidade de aprovação da reforma da Previdência para abrir espaço para o aumento das chamadas despesas discricionárias, que estão, em termos nominais, no patamar de 2010.

O CMAP, criado em abril do ano passado, é composto por representantes dos ministérios do Planejamento e Fazenda, da Casa Civil da Presidência da República e da Controladoria-Geral da União (CGU). O comitê tem o apoio técnico do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e cooperação do Banco Mundial.

## União ainda restringe aval a governos regionais

Por Marta Watanabe | De São Paulo

As liberações de aval do governo federal em empréstimos a Estados e municípios segue em ritmo lento. Considerando o total das operações internas e externas, o valor liberado é menor que o do ano passado e vai em compasso muito similar aos níveis de 2015, ano em que a União fechou a torneira e mudou a política de crédito mais farto dos anos anteriores.

De janeiro até setembro a União liberou R\$ 600 milhões em empréstimos internos com aval do Tesouro Nacional para os governos regionais. Em igual período do ano passado foram R\$ 3,14 bilhões e, em 2015, R\$ 1,05 bilhão. Os avais para financiamentos externos somaram US\$ 349,2 milhões este ano contra US\$ 1,4 bilhões em igual período do ano passado e US\$ 225 milhões para 2015.

Com o Ministério da Fazenda sob o comando de Joaquim Levy, em 2015 os avais encolheram significativamente em relação a anos anteriores. Também de janeiro a setembro, os empréstimos com aval autorizado em 2014 somaram R\$ 13,7 bilhões para operações internas e US\$ 3,31 bilhões para as externas, considerando somente os contratos na moeda americana. Os dados levam em consideração as

informações da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e consideram as liberações de aval efetivadas, após análise do próprio Tesouro, da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e aprovação final do ministro da Fazenda.

Os R\$ 600 milhões liberados este ano em operações internas são para o Estado do Mato Grosso, com empréstimo do Banco do Brasil. Das sete operações com agentes do exterior aprovadas em 2017 apenas uma é para um Estado, o Paraná, no valor US\$ 67,2 milhões, para o Programa Paraná Seguro, voltado à segurança pública. O restante ficou dividido para os municípios sul-matogrossenses de Corumbá e Campo Grande, para os baianos Alagoinhas e Salvador e para Manaus (AM) e Joinville (SC).

Ana Carla Abrão, sócia da consultoria Oliver Wyman, pondera que algumas operações da lista do Tesouro não representam desembolso efetivo, mas mera assunção de dívida de operação cujo aval já havia sido garantido pela União anteriormente. Ela exemplifica com os R\$ 1,9 bilhão aprovados em 2016 para Goiás. A operação teve aval liberado originalmente em 2014, para a Celg. Com o processo de privatização, o contrato, que já contava com o Fundo de Participação do Estado goiano como contra-garantia, lembra a então

secretária de Fazenda de Goiás, passou formalmente para o governo estadual. Tirando essa operação, o valor concedido em 2016 para operações internas cai de R\$ 3,14 bilhões para R\$ 1,24 bilhão.

De qualquer forma, diz Ana Carla, não se espera que haja um retorno tão rápido de concessões de garantia em valores de empréstimos próximos aos de 2014. Em 2015, lembra ela, a política de concessões de aval mudou com o então ministro Joaquim Levy, mas certo volume foi aprovado "por inércia", já que os processos de análise já estavam adiantados. "Houve também em 2015 a liberação de parcelas de financiamentos já em andamento em períodos anteriores."

Em 2016, recorda Ana Carla, a renegociação de dívidas dos Estados com a União tirou do foco do Tesouro as liberações de garantia e deu origem a uma discussão que resultou na reavaliação de critérios de capacidade de pagamento dos Estados. Houve maior restrição na concessão de avais, explica ela, que passaram a ser destinados apenas a Estados com ratings A e B.

"Não vejo perspectiva de esses desembolsos crescerem num período mais curto", diz Ana Carla, tanto por conta da restrição fiscal do governo federal como também pela provável dificuldade que os Estados terão para melhorar sua classificação para capacidade de pagamento.





O fluxo de operações analisadas e aprovadas pelo Tesouro, mas que ainda não contam com sinal verde da PGFN e do ministro da Fazenda, também não mostram mudança no ritmo mais lento de concessão de avais. Até fim de setembro os avais com aprovação do Tesouro para Estados e municípios somavam R\$ 4,14 bilhões em empréstimos internos. Em igual período de 2016 o Tesouro aprovou R\$ 3,64 bilhões e em 2015, R\$ 5,7 bilhões. Para empréstimos externos foram US\$ 913 milhões este ano contra US\$ 1,7 bilhão no ano passado e em 2015, US\$ 825 milhões.

Entre os aprovados pelo Tesouro neste ano estão aval para empréstimo de R\$ 1,15 bilhão que o Estado do Ceará quer contratar com o Banco do Brasil para programas de infraestrutura. O Tesouro também deu sinal verde para outros R\$ 90 milhões a serem tomados pelo governo cearense com a Caixa Econômica Federal.

Mauro Benevides, secretário de Fazenda do Estado, diz que a expectativa é que as garantias sejam

aprovadas rapidamente pela PGFN e liberadas pelo ministro da Fazenda. Segundo ele, os financiamentos serão importantes para viabilizar parte dos R\$ 3,5 bilhões em investimentos programados pelo governo para 2018. Desse valor, cerca de R\$ 1,6 bilhão devem vir de financiamentos. Em 2017 o investimento total previsto é de R\$ 2,5 bilhões.

O secretário de Planejamento do Maranhão, Marcello Duailibe, explica que os Estados que esperam liberação de garantias para financiamentos a serem aplicados já no ano que vem não contam com muito prazo. Por conta das eleições, a contratação de novos empréstimos só pode ser feita até 120 dias antes do pleito. Ou seja, até início de junho.

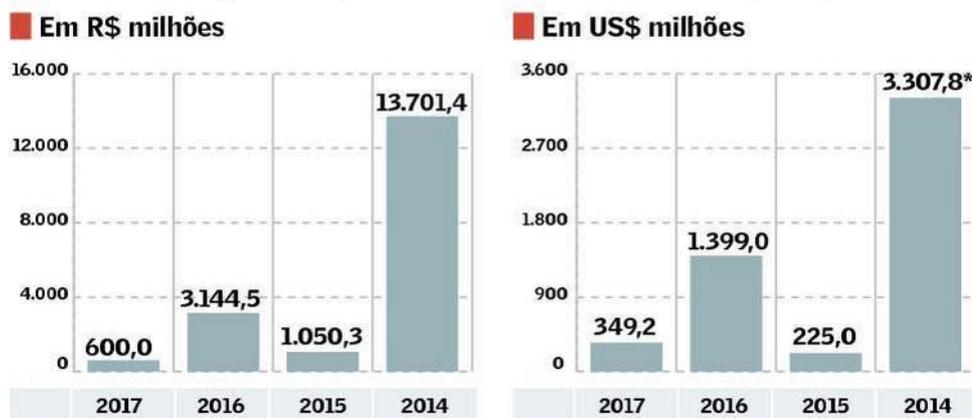
No último dia 25 o Tesouro aprovou o pedido de aval para o Maranhão, em empréstimo de R\$ 55,7 milhões com o Banco do Brasil para obras de infraestrutura. O pedido para essa garantia, conta Duailibe, foi feito há um ano. Para ele, a limitação de crédito é resultado não somente do maior aperto fiscal

a que ficou submetido o governo federal, mas também à mudança de governo no ano passado, que alterou toda estrutura dos ministérios, além da mudança nos critérios de classificação de capacidade de pagamento dos Estados.

O Maranhão, diz ele, manteve rating B, portanto continua elegível para receber aval. Mas o limite de endividamento estipulado pelo Tesouro para o Estado no âmbito do Programa de Ajuste Fiscal (PAF), que era de R\$ 58,5 milhões, baixou para R\$ 3,5 milhões após a aprovação de aval da semana passada. Segundo Duailibe, o Estado pleiteia mais R\$ 800 milhões em financiamentos com aval. Desse total, conta o secretário, a expectativa é de que sejam liberados de R\$ 250 milhões a R\$ 300 milhões até o fim do ano. Se isso ocorrer, diz ele, como as negociações com os agentes financeiros estão relativamente adiantadas, seria possível assinar os contratos de empréstimos a tempo de financiar investimentos para o ano que vem.

## Crédito magro

Concessões de garantia pela União a Estados e municípios (jan-set)



Fonte: Tesouro Nacional \*Foram considerados somente os avais concedidos para empréstimos em moeda americana

## Vigas para o teto de gastos

Não basta conter os gastos. Também é preciso gastar melhor, para gerar mais benefícios econômicos e sociais com o dinheiro público – um desafio muito difícil quando o orçamento é quase todo engessado, como no Brasil. Mas até para manter a despesa abaixo do teto constitucional, estabelecido no ano passado, o governo precisará de reformas. Sem isso, o limite será inevitavelmente rompido em pouco tempo. Esta advertência, já repetida várias vezes por membros da equipe econômica e por especialistas do mercado e da academia, é reforçada, agora, por um estudo recém-divulgado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI). O trabalho, feito por solicitação do Ministério da Fazenda, é assinado por quatro economistas especializados em política fiscal e foi apresentado como relatório de assistência técnica. A tarefa envolveu discussões com funcionários dos Ministérios da Fazenda e do Planejamento e do Banco Central e com assessores econômicos do Congresso.

Os autores propõem, num documento de 60 páginas, uma estratégia de longo prazo para a consolidação de um novo estilo de administração das contas federais. O teto de gastos é apontado como componente central do novo regime fiscal esboçado em 2016 e em fase inicial de implantação, mas "o sucesso na implementação do teto", antecipam, "exige mudanças estruturais, institucionais e processuais". Só esse conjunto de mudanças permitirá estabilizar a dívida pública, um dos objetivos centrais da nova política econômica, e criar espaço fiscal para custeio dos serviços e a realização das ações prioritárias.

A reforma da Previdência, objetivo imediato do governo, é apenas uma das condições para a consolidação da nova política, segundo os autores do relatório. Um requisito dos mais importantes é tornar o orçamento mais flexível. É preciso mexer nas despesas obrigatórias, na vinculação de receitas e na indexação dos gastos. Como a estrutura orçamentária é muito rígida, o governo só pode, a curto prazo, cortar as chamadas despesas discricionárias, quando é necessário ajustar suas finanças em períodos críticos, de menor atividade econômica e menor receita de impostos e contribuições.

Sem poder comprimir outros itens, o governo acaba podando investimentos, como tem feito nos últimos anos e ainda fará pelo menos em 2018. Essa forma de ajuste prejudica a expansão da economia e dificulta a superação da crise. Além disso, investimentos menores tendem a retardar ganhos de eficiência, fundamentais para o crescimento da produção e da competitividade.

Regras de vinculação, lembram os autores, engessam quase 80% do dinheiro arrecadado pelo governo. Além disso, os gastos previdenciários têm crescido de forma significativa e contínua. Em 1998 representaram 35,5% das despesas totais. Em 2016, 41,3%.

Para tornar o orçamento mais administrável será necessário, portanto, ir muito além da reforma da Previdência e mexer em critérios constitucionais de vinculação e em regras de indexação de gastos. Ao mesmo tempo, será preciso, de acordo com as propostas do relatório, fixar padrões mais eficientes de projeção de receitas e despesas, de controles e ajustes da política orçamentária. É indispensável, enfim, construir uma nova rotina de programação e de gestão de recursos públicos. Isso inclui a revisão periódica de metas.

Os autores do trabalho evitam as complicações políticas, embora questões institucionais estejam envolvidas. Menos diplomático, um artigo de abertura da nova edição da revista Conjuntura Econômica, editada pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas, avança nos problemas de relações entre Poderes. Que acontecerá, por exemplo, se o avanço na pauta de reformas for insuficiente, nos próximos anos, para garantir sem muita dificuldade o respeito ao teto de gastos? Que ocorrerá se houver rompimento do teto do Judiciário, um Poder com prerrogativa de interpretar as leis e a Constituição? Não há como desconhecer esse lembrete. Será necessário muito mais que a competência técnica do Executivo, neste e no próximo governo, para se implantar o novo regime fiscal. Se faltarem as condições políticas indispensáveis, o perdedor será o País.

## Desespero estadual

*Raul Velloso*

Uma das perguntas subjacentes ao Fórum Nacional de 21-22 de setembro era se, diante do imaginado início da recuperação econômica, em seguida à maior recessão de nossa história, e do programa de recuperação estadual recentemente aprovado (mesmo que apenas para o Estado do Rio), os estados sairiam mais facilmente da crise financeira atual.

Um resumo das discussões está no GLOBO de 29 de setembro, mas um maior detalhamento só sairá nos respectivos anais, onde se dirá que, em parte por falta de empenho de Brasília, nem o programa aprovado para recuperar o Rio conseguiu decolar, o que piora bastante as coisas na complicada metrópole carioca, nem são animadores os sinais de recuperação. Tais indícios apontam para um crescimento muito fraco do PIB em 2018, o último ano dos mandatos dos atuais governadores.

A saída de última instância é atrasar pagamentos tanto de fornecedores como de servidores, e ir empurrando o problema com a barriga. Mas como a lei exige que os passivos de curto prazo ("restos a pagar") sejam quitados antes de os atuais gestores passarem os respectivos bastões para seus sucessores, isso significa que de agora até o final de 2018 será uma caça desesperada a quaisquer novas fontes de recursos, deixando tudo o

mais de lado. E rezar para chegar vivo no final do mandato...

Pezão disse com razão no Fórum que não só as contas são muito rígidas, como era impossível prever a brutal recessão que desabou sobre o país. Sem falar que os remédios previstos em lei servem pouco, pois há impedimento legal para aplicá-los.

Ajustar o gasto estadual como muitos imaginam é, de fato, praticamente impossível, pois o que sobra de orçamento para o governador, após deduzir os quinhões dos verdadeiros "donos" da peça orçamentária, é muito pouco. E ele tem de pagar com o orçamento residual a gigantesca conta da Previdência pública, que inclui os gastos com inativos e as contribuições patronais de todas as secretarias (supondo que essas tenham sido criadas), e as despesas das secretarias menos prioritárias, incluindo o investimento público.

Quanto ao mais, comparo a situação dos estados à das concessionárias de rodovias aprovadas no apagar do primeiro governo Dilma sob hipóteses de crescimento real da receita de pedágio apoiadas em projeções bem mais otimistas de evolução do PIB do que de fato ocorreu de lá para cá.

Estados não são concessionárias de serviço público junto à União, mas

é como se fossem. Da mesma forma que as concessionárias deveriam receber autorização para reequilibrar seus contratos, os estados precisariam de apoio da União para pôr em prática o equacionamento da Previdência pública, enquanto a brutal recessão estivesse por aí. O "brutal" é para lembrar que, tanto na distribuição de riscos das concessões como do relacionamento financeiro União-estados, não se pode deixar para as concessionárias e administrações regionais, hoje completamente interligadas ao motor financeiro das autoridades financeiras de Brasília, o ônus de absorver desassistida os custos adicionais de uma recessão cuja magnitude exceda níveis razoáveis.

Desde 2013, quando foram feitas as licitações no âmbito da 3ª Etapa do Programa de Concessões de Rodovias Federais, o ambiente macroeconômico se alterou drasticamente. Até 2013 (inclusive), havia clara percepção que a economia havia se desacelerado em relação ao governo Lula: entre 2011 e 2013, o Brasil cresceu, em média, 3% ao ano, cerca de um ponto percentual abaixo do observado durante os oito anos Lula. Mas a situação corrente, bem como as expectativas quanto ao futuro, em nada se assemelhava à forte contração que tivemos desde 2015.

Em janeiro de 2013, as expectativas de crescimento para





2015 e 2016 eram de taxas positivas, respectivamente, de 3,60% e 3,55%, de acordo com a Pesquisa Focus, coletada pelo Banco Central junto a cerca de cem instituições do mercado financeiro e consultorias. Como se sabe, o resultado para o biênio 2015/2016 foi catastrófico, pois totalizou uma queda de 7,3% no período. Trata-se da maior contração do PIB desde 1900, quando se iniciou a série de tempo respectiva. Antes do biênio 2015/16, o pior biênio da história havia ocorrido em 1931, quando o PIB contraíra 5,3%.

Ou seja, o resultado da economia nos últimos anos foi o pior de nossa história. Em verdade, qual a probabilidade que alguém, em 2013, pudesse imaginar que, nos três anos

seguintes, teríamos o pior desempenho da economia dos últimos 116 anos?

Assim, como não há como alterar as fatias dos protegidos do Orçamento no curto prazo, qualquer programa que deixe de contemplar o verdadeiro equacionamento da Previdência pública tenderá a morrer na praia. Tal equacionamento deverá contemplar tanto a participação das "secretarias/demais poderes protegidos" no financiamento das despesas relacionadas com previdência, como a destinação de ativos e recebíveis ao fundo previdenciário que for criado. (Para ver os detalhes da solução que venho defendendo há algum tempo, basta solicitar por e-mail a [raulveloso45@gmail.com](mailto:raulveloso45@gmail.com)).

## PODER EM CRISE » **Foco na votação de MP**



Temer pediu empenho aos líderes: feriado deixará a semana mais curta

*Temer reúne aliados para discutir medida que trata de acordo de leniência envolvendo o BC e para acertar os ponteiros da tramitação na Câmara da segunda denúncia contra ele*

A reunião dominical no Palácio do Jaburu entre o presidente Michel Temer, os ministros mais próximos e líderes do governo tratou da agenda da semana curta, com foco na articulação para que o Congresso vote nesta semana a MP 784, que trata de acordo de leniência envolvendo o Banco Central. Segundo relatos, Temer foi alertado pelos líderes de que a semana curta por conta do feriado pode atrapalhar a votação da medida e pediu empenho nas articulações.

Temer também previu que, nesta semana, não conseguirá repetir a romaria de receber parlamentares, já que muitos deixarão Brasília. Apesar disso, ainda não traçou estratégias de agendas externas. Na semana passada, o presidente concentrou as agendas com parlamentares no início da semana e depois teve compromissos em Belém (PA) e Alcântara (MA).

Na conversa de ontem, Temer também quis saber sobre os andamentos dos trabalhos na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara e foi avisado de que talvez a leitura do parecer do deputado Bonifácio de Andrada (PSDB-MG) possa ficar apenas para depois do feriado. Segundo relatos,

Temer reiterou que a decisão cabe ao presidente da CCJ, Rodrigo Pacheco, e se mostrou tranquilo quanto aos andamentos da denúncia contra ele e os ministros Eliseu Padilha (Casa Civil) e Moreira Franco (Secretaria-Geral), por formação de quadrilha e obstrução de Justiça.

Estiveram no Jaburu nesse domingo, com Temer, além de Moreira e Padilha, o ministro da Secretaria de Governo, Antonio Imbassahy, o ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, o líder do governo no Congresso, André Moura, e na Câmara, Aguinaldo Ribeiro. Além de tentar tocar a MP 784, o grupo também discutiu a possibilidade de fazer avançar a MP 786, que cria fundo com recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) para apoiar a elaboração de projetos de infraestrutura no país.

O foco, entretanto, segundo fontes, será a MP 784, que trata de forma abrangente do processo punitivo às instituições reguladas pelo BC e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Ela define, entre outros aspectos, os parâmetros para multas às instituições e os delitos que são alvo de punições. No BC, é encarada como uma ferramenta de modernização do sistema financeiro, em sintonia com o que é adotado no exterior.